Webjornalismo: análise da produção de conteúdos sobre a PEC do Trabalho Escravo divulgada pela ONG Repórter Brasil por meio da Internet[1]

Liliane Pinto CUTRIM[2]
Flávia de Almeida MOURA[3]
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a produção de conteúdos jornalísticos na plataforma online para a divulgação de informações acerca da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 438/2001, que foi intitulada como a PEC do Trabalho Escravo, a qual defende que o Estado confisque propriedades onde seja utilizada a mão-de-obra escrava. Observamos o esforço da ONG Repórter Brasil em dar visibilidade ao projeto por meio do webjornalismo, com reportagem investigativa multimídia disponibilizada na internet (http://www.trabalhoescravo.org.br/), que divulga informações sobre os trâmites do projeto no Senado brasileiro, numa tentativa de incentivar a aprovação da proposta. O esforço é de compreender como as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) possibilitam a construção de uma rede informativa capaz de facilitar a visibilidade e formar a opinião pública acerca de uma proposta de combate ao trabalho escravo.

PALAVRAS-CHAVE: webjornalismo; opinião pública; trabalho escravo.

INTRODUÇÃO

O artigo apresentado propõe uma análise da produção de conteúdos jornalísticos na plataforma online, com a utilização dos recursos do webjornalismo, visando entender como o conteúdo é produzido, divulgado e relacionado com outros meios informativos, na tentativa de impulsionar o âmbito político para aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 438/2001, intitulada como a PEC do Trabalho Escravo.

---

[1] Trabalho apresentado no DT Comunicação e multimídia, no Intercom Júnior - VIII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação - Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Manaus, AM – 4 a 7/9/2013.

[2] A autora é graduanda em Comunicação Social, habilitação Jornalismo, pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e integrante do Projeto de Pesquisa Representações do trabalhador escravo (e acerca dele) em instâncias midiáticas e estratégias de comunicação em redes de denúncia no Maranhão, coordenado pela professora Flávia de Almeida Moura.

[3] É orientadora deste trabalho e professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

A produção jornalística é de responsabilidade da ONG Repórter Brasil[4], que disponibilizou em seu site de notícias (www.reporterbrasil.org.br), o Especial: PEC 438, PEC do Trabalho Escravo (www.trabalhoescravo.org.br) que trata da tramitação no Congresso Nacional Brasileiro da PEC 438, a qual prevê o que o Estado faça a expropriação das terras onde for constatada a utilização do trabalho escravo[5], e destinar essa propriedade à reforma agrária ou ao uso social urbano, o que representa uma ação fundamental para combater esse crime.

Segundo um texto publicado no site do Especial: PEC 438, a proposta constitui-se uma nova Lei Áurea[6].

> O Congresso Nacional tem a oportunidade de promover a Segunda Abolição da Escravidão no Brasil. Para isso, é necessário confiscar a propriedade dos que utilizam trabalho escravo. A expropriação de imóveis onde for flagrada mão de obra escrava é medida justa e necessária e um dos principais meios para eliminar a impunidade. (Trecho de texto publicado no site da ONG Repórter Brasil)

A Repórter Brasil tem trabalhado no combate ao trabalho escravo, tanto por meio do site de notícias, como por projetos como Escravos Nem Pensar[7]. Com a possibilidade de aprovação da PEC 438, é possível minimizar a incidência de exploração da mão-de-obra no Brasil, por isso, a ONG está trabalhando com a divulgação da tramitação da PEC, que

[4] A ONG (Organização Não-governamental) Repórter Brasil (www.reporterbrasil.org.br) foi fundada em 2001 por jornalistas, cientistas sociais e educadores com o objetivo de fomentar a reflexão e ação sobre a violação aos direitos fundamentais dos povos e trabalhadores do campo no Brasil. Devido ao seu trabalho, tornou-se um das mais importantes fontes de informação sobre trabalho escravo no Brasil. Suas reportagens, investigações jornalísticas, pesquisas e metodologias educacionais têm sido usadas por lideranças do poder público, do setor empresarial e da sociedade civil como instrumentos para combater a escravidão contemporânea, um problema que afeta milhares de brasileiros.

[5] Em 1926, surgiu o primeiro tratado internacional contra a escravidão. Ele foi redigido pela Liga das Nações Unidas, instituição predecessora da Organização das Nações Unidas. Naquela ocasião, a Liga definiu que: "Escravidão é o estado e a condição de um indivíduo sobre o qual se exercem, total ou parcialmente, alguns ou todos os atributos do direito de propriedade". Para Neide Esterci, a escravidão dos dias de hoje se configura como "uma categoria eminentemente política; faz parte de um campo de lutas, e é utilizada para designar toda sorte de trabalho não livre, de exacerbação da exploração e da desigualdade entre os homens. Muitas vezes, sob a designação de escravidão, o que se vê mais enfaticamente denunciado são maus-tratos, condições de trabalho, de remuneração, de transporte, de alimentação e de alojamento não condizentes com as leis e os costumes." (Esterci, 1994)

[6] A Lei Áurea foi aprovada em 13 de maio de 1888, no Brasil, pela Princesa Isabel, garantido liberdade total aos negros brasileiros. O que representou a extinção do Trabalho escravo no Brasil.

[7] "Escravo, nem pensar!", é um programa surgido após as demandas do I Plano Nacional Para Erradicação do Trabalho Escravo e atua em 43 municípios de seis estados: Maranhão, Piauí, Tocantins, Mato Grosso, Pará e Bahia. Sua missão é diminuir o número de pessoas aliciadas para o trabalho escravo através da formação de professores e líderes comunitários cuja função é difundir, em suas respectivas organizações, o conhecimento em relação ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo contemporâneo. Além de capacitar os "multiplicadores", a ONG Repórter Brasil em parceria com outras organizações é responsável por produzir os materiais didáticos, (que também são nosso objeto de estudo), e acompanhar as atividades nos municípios.

constitui uma importante estratégia de comunicação em favor do combate ao trabalho escravo.

Para analisar a produção de conteúdo da ONG no Especial: PEC 438, bem como a formação da opinião pública a respeito da aprovação da proposta, utilizamos um embasamento teórico-metodológico a respeito das características e implicações do webjornalismo, segundo Elias Machado, Alex Primo e Marcelo Träsel. Além de analisar o poder de fala do jornalismo, à luz de Inesita Araújo, bem como observar os conceitos de esfera pública política e comunicação, de Jürgen Habermas.

A ideia é entender como o webjornalismo é utilizado para dar visibilidade a uma proposta e atuar na opinião pública levando a esfera política a aprovar a proposta. Analisamos os meios comunicacionais utilizados e de que forma essas estratégias estão colaborando com a aprovação da PEC.

1-Especial: PEC 438, a PEC do Trabalho Escravo

A cobertura Especial: PEC 438 foi organizada pela Repórter Brasil, a pedido da Comissão Nacional Para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE)[8]. O espaço tem a função de difundir informações sobre a proposta, em especial, sua tramitação no Congresso Nacional e sua importância. Segundo o texto publicado no expediente do Especial, as informações presentes na página tem como objetivo dar visibilidade e aumentar o envolvimento da sociedade nas discussões e votações da PEC 438, no Congresso Nacional. Seria uma forma de impulsionar os agentes políticos a aprovarem a proposta.

Em entrevista concedida para a construção desse *paper*, um dos editores do Especial: PEC 438, Daniel Santini, aponta que o objetivo do *hotsite*[9] foi possibilitar que mais pessoas acompanhe e se envolva com a questão.

A PEC 438/2001 é considerada uma das propostas mais importantes para a erradicação do trabalho escravo no Brasil. A proposta passou pelo Senado Federal, em 2003. Ela foi aprovada em primeiro turno no plenário da Câmara Federal em agosto de 2004, aprovada na Câmara dos Deputados em 2012, voltando ao Senado por conta de uma

[8] Criada em agosto de 2003, a Comissão Nacional Para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), órgão colegiado vinculado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, tem a função primordial de monitorar a execução do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo.

[9] Hotsite ou Microssite é um pequeno site planejado para apresentar e destacar uma ação de comunicação e marketing pontual. Normalmente é inserido em Hotspots (Espaços estratégicos para publicidade e banners) de grandes sites ou portais. Usualmente os hotsites possuem tempo de vida útil determinado, ligado à duração da ação mercadológica, como lançamento de produtos, eventos, novas edições de produtos ou serviços, entre outras.

modificação. E agora aguarda a aprovação pelo Congresso Nacional, para daí, se aprovada, ser sancionada como lei federal pela Presidência da República.

O espaço dado para divulgar a andamento da proposta é composto por matérias jornalísticas e artigos que, segundo o editor da página na internet, são produzidas por jornalistas da organização Repórter Brasil, além de eventuais articulistas convidados. Segundo Daniel Santini, o conteúdo é direcionado para o público da Repórter Brasil e demais interessados.

> Temos uma audiência bastante qualificada que inclui juristas, autoridades, representantes do movimento sindical, de movimentos sociais, e acadêmicos, entre outros, e temos tido retornos bastante positivos sobre este trabalho específico. (Daniel Santini, editor do Especial: PEC 438, julho de 2013)

As matérias possuem vários recursos de webjornalismo como vídeos, infográficos interativos, fotos, textos, links, entre outras ferramentas, que dão ao conteúdo mais dinamicidade. Logo na capa do *hotsite*, há quatro textos que ficam permanentes, um com o objetivo de argumentar sobre o porquê de aprovar a PEC 438; o outro trata sobre mentiras a respeito do trabalho; o terceiro texto é um *link* para a página da Câmara dos Deputados, no qual o leitor pode acompanhar o andamento da PEC; e a quarta é um *link* para o vídeo da campanha pela aprovação da proposta promovido pelo Movimento Humanos Direitos[10]. Todo esse conteúdo auxilia o internauta a entender melhor a proposta e as questões relacionadas ao trabalho escravo contemporâneo.

[10] A ONG é formada por artistas e intelectuais do Rio de Janeiro (RJ) e veiculada na Rede Globo em 2011 e 2012. Procuramos entender os desdobramentos da campanha na formação da opinião pública da sociedade acerca do tema bem como na aprovação da PEC (Projeto de Emenda Constitucional) 438/2001. A entidade foi fundada após um *e-mail* que o ator Marcos Winter, em 5 de dezembro de 2002, enviou ao padre Ricardo Rezende Figueira. Nele, Marcos, considerava que todo artista tinha uma responsabilidade social. E perguntava se não seria interessante criar uma "associação" de artistas que se envolveriam com o tema dos direitos humanos. Os artistas ofereceriam sua visibilidade na mídia em favor de pessoas e instituições que abraçassem causa justas. Dessa forma, eles fariam denúncias de violações aos direitos humanos como o trabalho escravo contemporâneo. Buscariam apoiar causas, a partir de informações seguras, que pudessem ser acompanhadas por grupos locais. Assim, em janeiro de 2003 a ideia ganhou corpo e foi fundado o MhuD, que tem desenvolvido uma série de atividades em prol da paz e dos direitos humanos. O Movimento tem um olhar especialmente voltado para os problemas do trabalho escravo, dos abusos praticados contra crianças e adolescentes, as questões dos quilombolas, do meio ambiente e dos povos indígenas. (Fonte: www.humanosdireitos.org)

Figura 1. Página principal do Especial: PEC 438

A forma de interação é por meio das redes sociais, principalmente *Facebook* e *twitter*, no qual o internauta pode divulgar o conteúdo disponível no Especial e contribuir com a visibilidade do assunto. Santini afirma que o internauta, apesar de não participar diretamente da produção das informações, pode dar retornos que sempre ajudam a fortalecer o conteúdo. O editor afirma que a ajuda no compartilhamento de textos e informações tem sido primordial para ampliar o alcance do site. Outra forma de participação do usuário é a disponibilização do *link* de um abaixo-assinado pela aprovação da PEC.

Até o dia 11 de julho de 2013, foi registrado a quantidade de 66 textos entre notícias e artigos. A primeira reportagem a presentada no Especial: PEC 438 data de 12 de agosto de 2004, o qual apresenta, na íntegra, a lista de votação da PEC 438/2004, a matéria expõe os deputados que votaram contra e a favor. A última notícia registrada é de 27 de junho de 2013, que fala sobre os ruralistas que estariam tentando descaracterizar o que é trabalho escravo. As demais matérias falam sobre reuniões no Congresso para discutirem a PEC, instituições que ficam pressionando os parlamentares, exposição de quem é contra e a favor da aprovação da PEC, reportagens que incitam o leitor a pressionarem seus deputados federais a votarem na PEC[11], por meio do *Twitter*. O site até disponibilizou o *Twitter* de

[11] Texto publicado em 3/5/2012, com o título: Pressione seu deputado federal pela aprovação da PEC 438 (http://www.trabalhoescravo.org.br/noticia)

todos os deputados federais do Brasil, salvo os que não tinham conta na rede social. Essas são as estratégias contidas no Especial: PEC 438 para conseguir a aprovação da proposta.

A página possui, ainda, um banco de imagens com registros das condições degradantes a que pessoas foram submetidas no país nos últimos 12 anos. As fotos são Leonardo Sakamoto[12]**,** e retratam como muitos trabalhadores vivem em condições humilhantes de sobrevivência. Outro recurso presente no *hotsite* é a clipagem[13] de matérias veiculadas em outros sites sobre a PEC 438, são textos de jornais, instituições públicas e privadas, além de ONGs, sindicatos e associações, são textos tanto retirados da internet, como do meio impresso.

Os vídeos disponíveis no Especial são de artistas ligados ao Movimento Humanos Direitos, do Rio de Janeiro, que se posicionam pelo fim do trabalho escravo no Brasil. O *hotsite* disponibiliza, ainda, um abaixo-assinado pela aprovação da PEC. Todo o conteúdo disponível apresenta um grau de comprometimento em divulgar a proposta e, de fato, levar o Congresso Nacional a aprovar a PEC, fato marcante na luta pelo combate ao trabalho escravo no Brasil.

2. Análise das ferramentas do webjornalismo na divulgação da PEC 438

A pesquisa na área do jornalismo digital ou o webjornalismo são recentes, na medida em que a própria prática do jornalismo na web é algo relativamente novo. Apesar de a tecnologia avançar rapidamente, ainda é possível observar uma lenta adaptação dos jornalistas com a plataforma online. Segundo Elias Machado (2003), há duas vertentes sobre o processo de utilização das redes telemáticas[14], pelos profissionais da comunicação. Por um lado estão as redes como ferramentas para auxiliar o jornalista das organizações convencionais com conteúdos complementares, já por outro, estão as redes como meio diferenciado, que necessita de produção de conteúdos próprios.

[12] Leonardo Sakamoto é jornalista e doutor em Ciência Política. Ele coordena a ONG Repórter Brasil e é seu representante na Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo.

[13] O clipping (clipagem) é o processo de monitoramento de informações nos veículos de comunicação de massa. A função é identificar, localizar, selecionar, reunir, tratar, organizar, disponibilizar e guardar as informações de seu interesse.

[14] A rede telemática é um conjunto de tecnologias que possibilitam a comunicação à distância de um conjunto de serviços.

Sobre essa dualidade da utilização da plataforma digital, o autor afirma que o futuro dos projetos jornalísticos empreendidos no suporte digital, até o momento muito atrelados aos modelos dos meios clássicos, depende da adoção de técnicas de pesquisa e apuração adequadas ao jornalismo praticado nas redes telemáticas. (MACHADO, 2003).

No presente artigo, a vertente que analisaremos será a das redes como um meio com linguagem própria e variadas possibilidades de produção e divulgação de conteúdos. A ONG Repórter Brasil, ao produzir conteúdos na internet, tem apresentado uma gama de possibilidades de apresentação de conteúdos acerca da exploração do trabalho escravo contemporâneo, bem como acerca de toda e qualquer violação dos direitos trabalhistas. O site aborda essas questões com vídeos, fotos de alta qualidade, links, infográficos, entre outros elementos característicos do webjornalismo.

Luciana Mielniczuk (2001) cita que a internet permite que o jornalista produza conteúdos de formas variadas e cita as seguintes caraterísticas inerentes ao webjornalismo: a) interatividade, que permite ao usuário se sentir parte do processo de informação; b) customização dos conteúdos, que seria a produção de conteúdos feitos de acordo com os interesses individuais do usuário; c) hipertextualidade, que é a capacidade de interconectar textos por meio de links; d) multimidialidade, que é a convergência das mídias tradicionais (imagem, som e texto); e) memória, a capacidade que a internet tem de armazenar informações, permitindo ao usuário acessar materiais antigos em pouco tempo e de forma completa.

Todas essas características estão presentes no site da Repórter Brasil. Uma prova disso é a criação de um *hotsite* sobre a PEC 438, possibilitando aos leitores do site[15] o acesso a um conteúdo bem elaborado acerca da proposta sobre o trabalho escravo contemporâneo. O Especial contém a hipertextualidade, ao disponibilizar os *links* de outras páginas na internet que falam sobre a PEC 438, ou de outros assuntos inerentes ao trabalho escravo. Há uma interconexão de conteúdos, que demonstra a necessidade de expor o assunto, sobre diversos vieses.

A multimidialidade também é uma característica presente, pois o *hotsite* disponibiliza vídeos, fotos e textos criando uma diversidade na apresentação do conteúdo. Destacar o conteúdo, em vez de apenas noticiá-lo no site em meio a tantas outras

[15] Segundo dados da ONG, a Agência de Notícias da Repórter Brasil tem uma audiência de 450 mil visitantes/mês, um boletim que atinge 50 mil pessoas/semana e um programa de rádio veiculado para mais de 120 mil pessoas. Possui, ainda, leitores em 78 países nos cinco continentes.

informações, caracteriza uma estratégia de dar maior visibilidade ao assunto. Além disso, é possível observar a citação de outras fontes, além das convencionais fontes oficiais, como o governo, por exemplo.

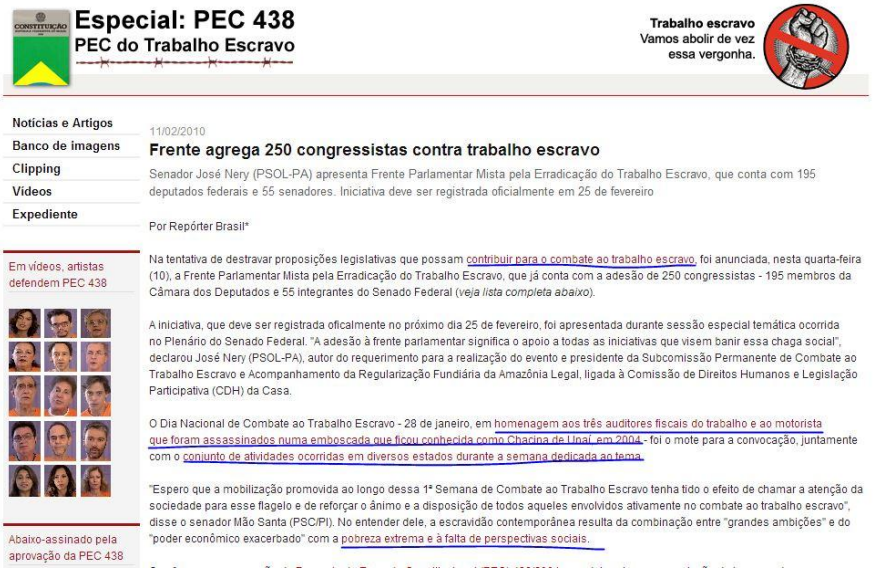


Figura 2. É marcante a presença de links em todas as matérias do hotsite

Ao dar voz aos movimentos sociais, sendo a própria ONG parte da rede dos movimentos sociais, permite a divulgação de informações, nem sempre presentes nos noticiários da mídia tradicional. Machado (2003) analisou essa característica das redes telemáticas, ao afirmar que

> No ciberespaço, pela primeira vez, os movimentos sociais, até então atores políticos dependentes na medida em que a difusão do registro verbal na cena comum passa pela mediação das organizações jornalísticas, podem sem os impedimentos colocados pela tecnologia necessária para manter os meios convencionais, contribuir para a constituição de um espaço público democrático. (MACHADO, 2003, p. 5)

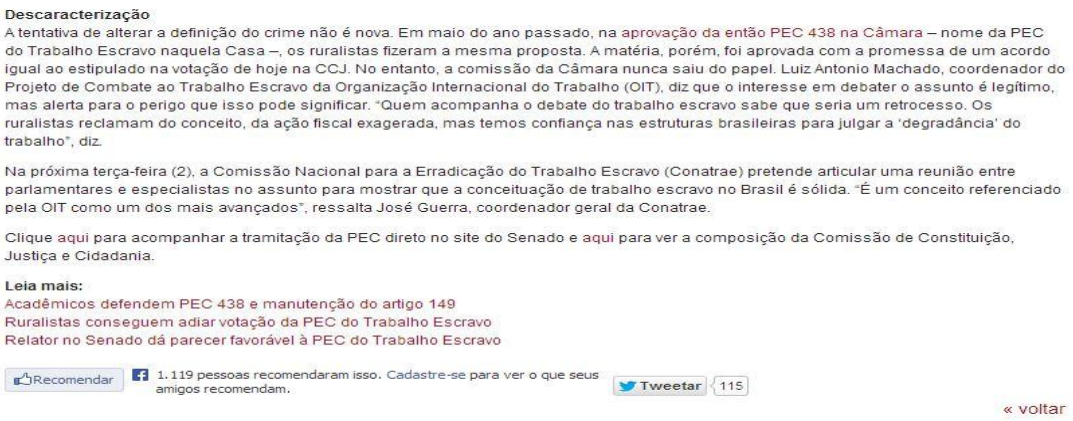
Seria o que Habermas chama de formação democrática da opinião política, que segundo ele, é motivada pela circulação informal e livre de questões mediantes canais informais de comunicação política, em que se discutem políticas públicas. (GOMES, 2008).

Por se tratar de uma ONG com ideais definidos, a Repórter Brasil tem a possibilidade de dar visibilidade a assuntos não muito presentes nos meios de comunicação convencionais, a discussão sobre a PEC 438. Não se pode, no entanto, ver essa falta de maior cobertura na mídia tradicional como um mero meio de contribuir com a não

visibilidade pública do assunto. Pois a plataforma da TV, rádio e impressos possuem em suas características a limitação de espaço e tempo, uma realidade diferente na plataforma online. O espaço do jornalismo online permite aos jornalistas a liberdade de tempo, espaço e informação, que na mídia tradicional é limitado.

> A noção de tempo e de espaço é diferente das utilizadas para o jornal impresso, para a televisão e para o rádio. Na web, os produtos jornalísticos podem ser atualizados constantemente e o espaço que a informação ocupa não é problema, pois os custos não são muitos elevados em termos comparativos com outros meios. (MIELNICZUK, 2001, p. 5)

Quanto à customização dos conteúdos, o Especial PEC 438, é um exemplo máximo dessa característica, já que o assunto divulgado é único e direcionado à uma massa de internautas que tenham interesse em entender a PEC. O *hotsite* não deixa a desejar quanto à memória das informações, pois sempre ao final das matérias disponibiliza um "Leia mais". Embora não haja um sistema de busca de conteúdos, todas as matérias produzidas estão disponíveis ao usuário.



Descaracterização

A tentativa de alterar a definição do crime não é nova. Em maio do ano passado, na aprovação da então PEC 438 na Câmara – nome da PEC do Trabalho Escravo naquela Casa –, os ruralistas fizeram a mesma proposta. A matéria, porém, foi aprovada com a promessa de um acordo igual ao estipulado na votação de hoje na CCJ. No entanto, a comissão da Câmara nunca saiu do papel. Luiz Antonio Machado, coordenador do Projeto de Combate ao Trabalho Escravo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), diz que o interesse em debater o assunto é legítimo, mas alerta para o perigo que isso pode significar. "Quem acompanha o debate do trabalho escravo sabe que seria um retrocesso. Os ruralistas reclamam do conceito, da ação fiscal exagerada, mas temos confiança nas estruturas brasileiras para julgar a 'degradância' do trabalho", diz.

Na próxima terça-feira (2), a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) pretende articular uma reunião entre parlamentares e especialistas no assunto para mostrar que a conceituação de trabalho escravo no Brasil é sólida. "É um conceito referenciado pela OIT como um dos mais avançados", ressalta José Guerra, coordenador geral da Conatrae.

Clique aqui para acompanhar a tramitação da PEC direto no site do Senado e aqui para ver a composição da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Leia mais:
Acadêmicos defendem PEC 438 e manutenção do artigo 149
Ruralistas conseguem adiar votação da PEC do Trabalho Escravo
Relator no Senado dá parecer favorável à PEC do Trabalho Escravo

Recomendar 1.119 pessoas recomendaram isso. Cadastre-se para ver o que seus amigos recomendam. Tweetar 115

« voltar

Figura 3. O "Leia mais" remete os leitores a outros conteúdos relacionados ao assunto apresentado na reportagem.

Apesar de se aproveitar de forma contundente das características do jornalismo digital, a Repórter Brasil, por meio do Especial PEC 438, deixa de lado a interatividade com o usuário. As únicas formas encontradas pelos usuários de colaborar com a divulgação da informação é por meio das redes sociais, na qual tem a opção de recomendar e enviar pelo *Facebook* e *Twiteer*. Não foi observada a presença de comentários ao final das

reportagens, impossibilitando ao usuário ter voz diante do assunto exposto, no próprio espaço de sua veiculação.

De acordo com os autores o meio digital, como Silva (1998), o conceito de interatividade é caracterizado pela fusão sujeito-objeto, onde o espectador interfere, modifica e cocria o conteúdo. Já Alex Primo (2000) propõe uma nova reflexão sobre os tipos de interação existentes. Para ele, a simples navegação pelas páginas da web já caracterizam interação, mas seria uma interação reativa[16] (PRIMO, 2004). Ele afirma que há também uma nova forma de interação sendo utilizada no webjornalismo, que permite a ampla e irrestrita participação, que seria a interação mútua, ou seja, aquela em que a relação dos participantes tenha o mesmo peso, ou seja, a troca, comunhão, estabelecida através de verdadeiro diálogo, não restrito a uma pequena gama de possibilidades reativas planejadas antecipadamente. Esse tipo de interação leva ao jornalismo participativo[17], que não está presente no nosso objeto.

No especial sobre a PEC 438, o que se observa é certo controle na produção de informações, onde há pessoas destinadas à produção dos conteúdos, sendo que o usuário tem acesso a esse conteúdo, mas não pode opinar diretamente sobre ele, nem contribuir com a elaboração das informações.

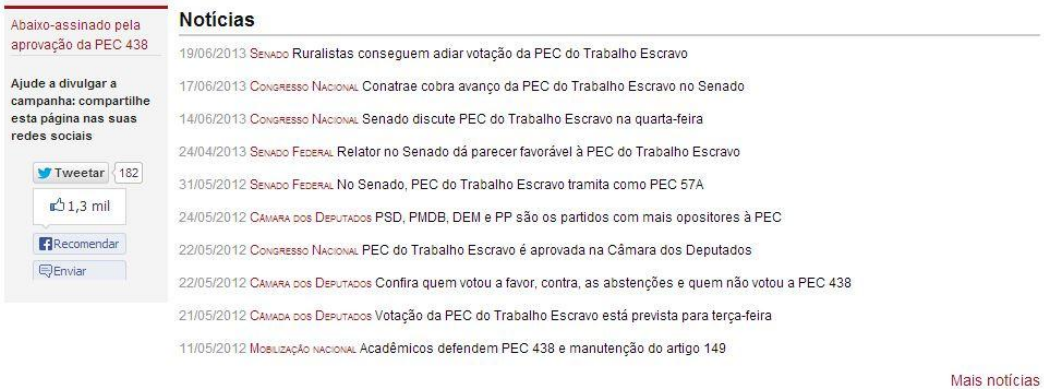


Figura 4. Ao lado esquerdo, tem a opção do internauta divulgar o conteúdo nas redes sociais

Primo e Träsel (2006) identificam essa questão ao explicar que o controle sobre o conteúdo da página e seus múltiplos caminhos alternativos permanecem em poder de um redator,

[16] Segundo Primo (2004), um sistema interativo deveria dar total autonomia ao espectador, porém, os aparelhos interativos que conhecemos são, na verdade reativos. O Vídeo game, por exemplo, espera uma resposta do receptor dentro dos parâmetros "regras do jogo", isso quer dizer, não há espaço para interação com respostas reais, elas estão dentro de um conjunto pré-estabelecido. O processo, nesse caso acaba caindo nas mãos do emissor, prejudicado trocas comunicativas.

[17] Segundo Primo e Träsel (2006), o jornalismo participativo é definido como práticas desenvolvidas em seções ou na totalidade de um periódico noticioso na Web, onde a fronteira entre produção e leitura de notícias não pode ser claramente demarcada ou não existe.

programador ou equipe, que detém a senha de acesso a esses arquivos e ao próprio servidor. Esse é o caso de boa parte dos sites jornalísticos, inclusive de muitos que transcendem o formato transpositivo e que se aproveitam dos diferentes recursos hipermidiáticos.

Os autores destacam que, ao contrário do que alguns pregam, ainda há uma fronteira entre autoria e leitura na plataforma online. No caso investigado neste artigo, os autores das reportagens, jornalistas e sociólogos, disponíveis no Especial PEC 438, acabam exercendo na rede telemática, um poder de fala exercido por meio do capital simbólico, bem como pelo social, o que pode ser considerado uma força legitimada na sociedade (ARAÚJO, 2000).

> A legitimidade discursiva é determinada por outros fatores além da posição social e institucional e do poder econômico e social dos falantes. Passa por interesses individuais, grupais e de classe (contexto existencial), pela história das relações institucionais anteriores e pela forma de mediação discursiva (contexto situacional), pela concorrência de outras falas (contexto intertextual) etc. É o reconhecimento de um discurso como legítimo, pelos receptores, que instaura as relações de poder que lhe são inerentes. (ARAÚJO, 2000 p.1)

O lugar de fala ocupado pela ONG se apresenta como um meio legitimador do discurso de combate à exploração da mão-de-obra, pelo fato de a Repórter Brasil fazer parte de uma rede que trabalha há mais de uma década no combate ao trabalho escravo contemporâneo. São anos de articulação com órgãos governamentais, com os próprios trabalhadores em situação de escravidão por meio do projeto "Escravos, nem pensar", que desenvolve em parceria que outras entidades do movimento social e secretarias de educação de estados e municípios onde há incidência de trabalho escravo no Brasil.

No caso da PEC 438, a ONG disputa a legitimidade de fala com o próprio poder político, representado por partidários envolvidos com as práticas do trabalho escravo, e que ao mesmo tempo não querem ver seus nomes ligados à essa prática. Outro duelo ideológico é travado com os agentes do poder econômico, representado pelos fazendeiros, capitalistas que exploram o trabalhador, e não querem perder suas terras. É possível detectar uma briga de forças entre esses agentes, por meio de reportagens como a intitulada "Ruralistas tentam descaracterizar o que é trabalho escravo", entre outras sobre diversos pontos de vista sobra a PEC, que podem ser encontradas no *hotsite*.

> Esse espaço de disputa do poder simbólico se configura como um mercado, no qual os agentes sociais negociam sua mercadoria, ou seja, sua percepção e classificação do mundo. Esta formulação apoia-se no modelo produtivo e permite afirmar que discursos são bens simbólicos que são produzidos, circulam, são negociados e consumidos. (ARAÚJO, 2000, p. 2).

Todo esse duelo travado pela ONG repórter Brasil caracteriza-se como uma tentativa de dar visibilidade à PEC 438 visando a sua aprovação pelo Senado Federal. Por meio do Especial PEC 438, a Repórter Brasil disponibiliza um acompanhamento da trajetória da proposta no meio político, expõe quem vota contra, quem a favor, quem tenta vetar o projeto, quem "luta" por sua aprovação. Fazem o clipping das notícias veiculadas em outros sites sobre o assunto. Além disso, conta com o apoio do Movimento Humanos Direitos (MhuD), que por ser formado por artistas reconhecidos no Brasil inteiro, acabam dando maior visibilidade à PEC.

Toda essa visibilidade contribui para a formação da opinião pública, que segundo Habermas (1994) é a via institucional do processo. O autor aponta que a formação da opinião e da vontade corresponde às sociedades democráticas. Há duas categorias de análise de Habermas que dizem respeito ao processo de formação da opinião pública, que é via institucional e a não institucional.

Segundo Gomes (2008), Habermas analisa que via institucional resulta em decisões a respeito de políticas e leis (Habermas, [1992] 1994, p.187). Esse processo deve se dar mediante formas de interação discursiva, ou de comunicação. Cognitivamente, a argumentação ou discussão estabelece relações de entendimento recíproco, isentos de violência, que dispara "a força geradora da liberdade comunicativa" (GOMES, 2008, p.73) seria o discurso dos agentes parlamentares.

A via não institucionalizada corresponde à forma informal ou autônoma de produzir a opinião pública e é característica da esfera pública apontada por Habermas (GOMES, 2008) como âmbito, domínio ou espaço, socialmente reconhecido, mas não institucionalizado, no qual há a livre flutuação de questões, informações, pontos de vista e argumentos provenientes das vivencias quotidianas dos sujeitos.

Entende-se que as instituições fazem as leis e as demais formas de opinião pública. Analisando a Repórter Brasil como veiculadora das informações sobre a PEC 438 e suas estratégias de convencimento, observa-se que a ONG se situa entre as duas vias. Por um lado, incentiva a aprovação de uma Proposta de Emenda à Constituição, por meio da

visibilidade do problema, essa exposição visa o convencimento dos parlamentares que pode culminar com a provação da PEC. Por outro lado, o Especial PEC 438 ajuda a formar a opinião pública, à medida que informa sobre os acontecimentos ao público em geral, podendo também pressionar a aprovação política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço em dar visibilidade ao andamento da PEC 438 no Congresso Nacional, por meio de um *hotsite*, caracteriza uma importante ferramenta de mobilização da opinião pública a respeito do assunto. Ao analisar as características do webjornalismo nas produções de conteúdo do Especial: PEC 438 é possível observar a utilização de uma gama de recursos que permitem ao leitor ter clareza do assunto e possa replicá-lo nas redes sociais.

Embora o internauta não tenha acesso à produção das notícias, como em outros projetos já desenvolvidos pela Repórter Brasil, o público pode contribuir com a divulgação do conteúdo, além de participar de discussões no *Facebook* e *Twitter* da organização. Esse tipo de interação é apontada por Alex Primo (2000) como uma interação reativa, na qual o usuário interage com o conteúdo sem transformá-lo, sem fazer parte de usa construção.

O esforço por parte da ONG Repórter Brasil acaba por criar uma arena de conflitos uma vez que duas tendências tentam influenciar na formação da opinião pública: uma dos que são contra a aprovação e outra dos que são a favor. Desse modo, a ONG utiliza diversas estratégias para incentivar as pessoas a pressionarem os parlamentares a votarem em favor da PEC. Seria o que Habermas chama de democracia do discurso, na qual os agentes utilizam o discurso para influenciar a opinião e vontade.

A partir da análise feita sobre o Especial PEC 438 também é possível perceber as utilizações das características do webjornalsimo apontadas por Elias Machado e Mielniczuk, uma vez que os autores veem nas redes telemáticas inúmeras possibilidades de criar conteúdos diversos, já que não contam com as limitações de tempo e espaço, que é própria dos meios de comunicação convencionais.

Este artigo é apenas um primeiro esforço para tentar compreender as estratégias comunicacionais utilizadas pela ONG Repórter Brasil no combate ao trabalho escravo. Entendemos que ainda há muito a ser analisado nesse objeto, que tem sido uma importante ferramenta comunicacional nas discussões em torno do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Enesita. **Mediações e Poder.** Anais COMPÓS, Porto Alegre, 2000.

ESTERCI, Neide. **Escravos da Desigualdade:** estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje. Cedi :Rio de Janeiro, 1994.

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. **Comunicação e Democracia**. São Paulo: Paulus, Coleção Comunicação, 2008.

MACHADO, Elias. **O ciberespaço como fonte para os jornalistas**. Salvador: Calandra, 2003.

MIELNICZUK, Luciana. **Características e implicações do jornalismo na Web**. Trabalho apresentado no II Congresso da SOPCOM, Lisboa, 2001.

PRIMO, Alex. **Interação mútua e reativa**: uma proposta de estudo. Revista da Famecos, n. 12, p. 81-92, jun. 2000.

PRIMO, Alex ; TRÄSEL, Marcelo Ruschel . **Webjornalismo participativo e a produção aberta de notícias.** Contracampo (UFF), v. 14, p. 37-56, 2006.

SILVA, Marco. **O que é interatividade?** 1998. Disponível em <http://www.senac.br/informativo/bts/242/boltec242d.htm>. Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, 1998.